

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

CONSELHO EDITORIAL

REDAÇÃO

M. F. DO NASCIMENTO BRITO
PresidenteMARCELO PONTES
EditorMARCELO BERABA
Editor ExecutivoSÉRGIO RÊGO MONTEIRO
DiretorWILSON FIGUEIREDO
Vice-PresidentePAULO TOTTI
Editor ExecutivoORIVALDO PERIN
Secretário de RedaçãoEDGAR LISBOA
Diretor Agência JB

Começar de Novo

O governo federal e os estados devem chegar a um acordo em torno das dívidas destes com a União. O melhor motivo para que se acertem está em lembrar que o Brasil continua com um regime federativo. Nada há de melhor para o seu lugar.

Pressupõe-se que a Federação existe para que se criem direitos e deveres entre partes, mantidos os princípios da descentralização administrativa e certas características regionais. O sistema federativo prosperou cedo neste país, tal como nos Estados Unidos, porque se trata de uma nação jovem, com língua e traços culturais comuns.

Os europeus, que cresceram desunidos, deram longas voltas e mergulharam em duas guerras neste século até se convencerem da funcionalidade dos acordos trans-fronteiras. Hoje, caminham aceleradamente para uma moeda comum. Como poderemos recosturar a Federação depois da desordem criada pela inflação, que teve para o Brasil o peso de quase uma guerra?

Em primeiro lugar, é preciso que todos admitam responsabilidades e se recordem do óbvio: a dívida dos estados não foi inventada pela União. Ela decorre da má gerência, da proliferação de bancos estaduais que funcionaram como institutos paralelos de emissão de quase-moeda, corrupção e descontinuidade administrativa.

Pilhas acumuladas de dívidas ao longo dos anos e de governos voaram pelo teto com as altas taxas de juros impostas pelo Banco Central. O somatório de tudo isso reflete-se na dívida mobiliária mediante títulos públicos estaduais, municipais e federais em poder do público, estimada pelo BC em R\$ 45,3 bilhões no começo de julho. Em dezembro de 94 a dívida girava em torno da metade: R\$ 24,9 bilhões.

O crescimento do endividamento interno foi desproporcional entre estados e regiões: em junho São Paulo respondia por 36,6% do total. O segundo maior devedor na linha, Minas Gerais, ficava com 17%. Em menor proporção aparecem o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul e os municípios de São Paulo-capital e do Rio.

É inútil usar argumentos políticos em torno da dívida para discriminar este ou aquele estado. Conquanto São Paulo — a título de exemplo — tenha um peso desproporcionalmente grande na conta, é também o maior contribuinte com impostos arrega-

dados sobre pessoas físicas e jurídicas, além de absorver parcelas ponderáveis de imigrantes de outras regiões. É exatamente pela permeabilidade de ativos e passivos que as federações se mantêm.

Levantar barreiras que questionem essa permeabilidade é um exercício estúpido, no exato momento em que se países tão diferentes quanto o México, os Estados Unidos e o Canadá procuram permeabilizar fronteiras para integrar suas economias. Nesse contexto, o que dizer do Mercosul?

Há, evidentemente, um apetite político muito maior alimentando a discussão sobre as dívidas, do que um interesse racional em recosturar as relações financeiras entre estados e União. Quando o senador Hugo Napoleão fala em uma reunião de representantes com o presidente para discutir regras uniformes é preciso, portanto, que se definam melhor o que são os "privilégios" a que se refere.

O senador esqueceu-se, em sua retórica, de lembrar que o governo conseguiu eliminar o principal fator de distorção das relações financeiras, que é a inflação, e é hora de plantar um novo relacionamento federativo. Trata-se de papel para estadistas.

Boa parte do endividamento decorre das altas taxas de juros — convém lembrar uma vez mais — e estas somente poderão ser derrubadas se houver harmonia tributária e fiscal em todos os níveis. Estados e municípios são parte do jogo. É preciso que olhem para dentro de si mesmos. Não podem olhar apenas para Brasília em busca de paternalismo e práticas de velhos tempos. A inflação não estará definitivamente liquidada enquanto estados e municípios não entrarem com sua fatia de responsabilidade para pagar a conta.

Com a inflação quase zerada o governo federal deverá sinalizar na direção de taxas de juros reais mais baixas. Nesse cenário será possível pensar em alongar o perfil das dívidas. A privatização das estatais servirá para eliminar os laços que uniam de forma degenerada o antigo modelo de relações entre a União, seus tentáculos empresariais e as administrações regionais. É preciso que todos se convençam de que o fim da inflação não significa apenas um número que se apaga. É todo um processo que recomeça. A restauração do espírito federativo não é, portanto, um processo sem dor.